

UMA REFLEXÃO TEÓRICA A RESPEITO DO TRABALHO

Cândida Clara de Oliveira Pereira da Fonseca¹

RESUMO

O trabalho, neste estudo, é considerado nas formas que assume sob as relações capitalistas de produção. A divisão do trabalho, característica das sociedades capitalistas, ao separar os homens em proprietários e não proprietários dá aos primeiros poder sobre os segundos, produz grandes massas trabalhadoras exploradas economicamente e dominadas politicamente. Questão de dominação de uma classe sobre outra. Aqui aparece a luta de classes, que se manifesta em ações de trabalhadores, visando diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, até a revolução. O homem moderno se define por sua profissão, pois passa um terço ou mais do seu cotidiano no exercício de sua atividade profissional, quando não dedica o resto do tempo a ela de várias maneiras indiretas: transportando-se para o trabalho, estudando, participando de congressos. Atualmente constata-se que o próprio significado do trabalho, para cada indivíduo, está se deslocando daquele associado a uma carreira fixa, com progressões funcionais sucessivas para o que corresponde ao desempenho de tarefas diversificadas, em diferentes projetos, com alterações, inclusive, nas formas de remuneração. Consequentemente, hoje, a ideia de uma formação permanente encontra-se crescentemente presente na reorganização do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Reflexão; Homem; Trabalho; Exploração.

ABSTRACT

The work in this study is considered the forms it takes under capitalist relations of production. The division of labor characteristic of capitalist societies, to separate the men in proprietary and non-proprietary give the 1st power over the 2nd, produces broad working masses exploited economically and politically dominated. Question of domination of one class over another. Here appears the class struggle, which manifests itself in actions of workers in order to reduce the domination and exploitation, ranging from the struggle to reduce the working hours, increased wages, strikes, until the revolution. Modern man is defined by his profession, because it passes a third or more of their daily lives in the exercise of their professional activity when devotes the rest of her time in many indirect ways: transporting yourself to work, studying, attending conferences. Currently it appears that the very meaning of work for each individual, is shifting from that associated with a fixed career with successive functional progressions, which corresponds to the performance of diverse tasks in different projects, as amended, including in forms of remuneration. Consequently today the idea of a permanent training is increasingly present in the reorganization of the working world.

¹ Mestre em Engenharia de Produção.

Keywords: Reflexion; Man; Job; Exploration.

INTRODUÇÃO

O trabalho sempre ocupou lugar central na vida de diferentes comunidades e, praticamente, é o sentido da vida dos seres humanos. O trabalho de cada um contribui, através dos êxitos e fracassos, para que o indivíduo se sinta satisfeito ou insatisfeito consigo mesmo, uma pessoa realizada profissionalmente ou não. Além disso, é necessário encontrar um trabalho para poder subsistir. O trabalho é uma ação humana exercida num determinado contexto social. E cada contexto social exige um tipo particular de comportamento. O trabalho atua como um operador fundamental na construção do sujeito e, além disso, reflete aquilo que o indivíduo é.

Diversos sentidos podem ser atribuídos ao trabalho: trabalho como forma de realização, trabalho como disciplina do intelecto, trabalho como forma de sobrevivência, trabalho constitutivo da identidade. Quanto mais um indivíduo ascender na escala profissional, mais ascensão obterá no contexto social. Nossa sociedade valoriza as pessoas em função de seus lugares no mundo do trabalho.

O trabalho, neste estudo, é considerado nas formas que assume sob as relações capitalistas de produção. A divisão do trabalho, característica das sociedades capitalistas, ao separar os homens em proprietários e não proprietários, dá aos primeiros poder sobre os segundos, produz grandes massas trabalhadoras exploradas economicamente e dominadas politicamente. Questão de dominação de uma classe por outra. Aqui aparece a luta de classes que se manifesta em ações dos trabalhadores, visando diminuir a dominação e a exploração, indo desde a luta pela diminuição da jornada de trabalho, o aumento de salários, as greves, até a revolução.

A modernidade tem sido incapaz de garantir o bem-estar, não obstante o progresso tecnológico dos últimos 40 anos e o momento atual são de grande desconforto. Milhões de criaturas, diariamente, acionam a alavanca do trabalho e da luta por melhores dias. A sociedade, em sua organização, lança o

indivíduo na busca incessante de sucesso material, acúmulo de bens, somatório de conhecimentos e estabelece o perfil de um homem de sucesso: o fascínio de ter o exercício do poder.

Mas a concentração de renda no Brasil é responsável por um quadro socioeconômico caracterizado pela existência de grandes fortunas nas mãos de poucos, ao lado da miséria que atinge a maior parte da população. Pesquisas apontam que 60% da população economicamente ativa recebe até 2 salários mínimos. As desigualdades econômicas, em uma sociedade de classes, implicam em desigualdades sociais.

Para Whitaker (1997), o trabalho humano é uma das categorias ameaçadas de extinção pela nova fase do industrialismo triunfante. O que desaparece com a automação são milhares de postos de trabalho, gerando as dolorosas estatísticas de desemprego que assolam o planeta como um todo. Novas profissões e carreiras estão emergindo para fazerem funcionar esse novo sistema marcado pela automação ou pelos excessos de maquinaria em funcionamento.

Os reflexos, a pressão e o aumento da crise econômica mundial têm produzido consequências que, há tempos, têm perseguido o trabalhador. As empresas têm restringido seus quadros e há vários casos de políticas de estímulo às demissões voluntárias. Segundo Kanaane (1999, p. 28), “as condições atuais existentes na situação de trabalho, de maneira geral, têm gerado, para parte significativa dos trabalhadores, desajustes comportamentais, estresses, somatizações, inadequações ao trabalho e ao meio no qual o mesmo se insere”.

Há estudos voltados para a questão da saúde e do trabalho humano, destacando-se a abordagem do estresse ocupacional. As reações diante da insatisfação profissional podem ser observadas sob diversos parâmetros que se situam fora do ambiente de trabalho.

DESENVOLVIMENTO

Etimologicamente, o termo “trabalho” está relacionado com uma forma de tortura. Desse modo, segundo Baró (1983), trabalho é sinônimo, em sua origem, de sofrer, esforçar-se dolorosamente. Até o final da Idade Média, o trabalho ainda era considerado castigo; tanto assim é que os nobres não trabalhavam. Ainda no século XIX, o trabalho era considerado vergonhoso para nobres decadentes remanescentes da velha estrutura social.

Conforme a história nos ensina, na Idade Média, o trabalho era realizado pelos servos da gleba, que valiam pouco mais do que escravos. Os primeiros artesãos eram olhados com desprezo. Com o surgimento do Protestantismo, o trabalho deixou de ser castigo e começou a aparecer como virtude e vocação.

Para produzir o proletariado, os novos trabalhadores, agora assalariados, métodos bem persuasivos foram utilizados. Milhares de pessoas foram condenadas à força por vadiagem, principalmente na Inglaterra do século XVIII.

Iniciou-se a seguir a Revolução Industrial. Também os camponeses, expulsos dos campos, transformaram-se em proletários das fábricas em ascensão. Milhares de empregos foram criados.

Após a Revolução Industrial, o trabalho “livre” foi estabelecido como essencial ao funcionamento do sistema econômico emergente: o capitalismo. O trabalhador passou a oferecer a sua força de trabalho num mercado abstrato sobre o qual não tem, absolutamente, qualquer controle.

Numa sociedade marcada por desigualdades profundas e não assumidas, como é a nossa, os indivíduos podem estar desmotivados para tarefas pesadas e sujas, cujos resultados prestam-se tão somente para a acumulação do capital que os oprime. Pode ocorrer também que o indivíduo esteja desmotivado, embora tenha um trabalho leve e bem remunerado, porque este é apenas uma sucessão de tarefas rotineiras que não exigem criatividade ou iniciativa, e sobre cujos resultados não têm o mínimo interesse.

O agigantamento das empresas instala definitivamente o capitalismo monopolista. As multinacionais, empresas cujos capitais atravessam as fronteiras e se espalham pelo planeta, criaram gigantescas estruturas burocráticas de emprego.

O homem moderno se define por sua profissão, pois passa um terço ou mais do seu cotidiano no exercício de sua atividade profissional, quando não dedica o resto do tempo a ela de várias maneiras indiretas: transportando-se para o trabalho, estudando, participando de congressos. Hoje, trabalha-se para sustentar um sistema. E uma maneira de sustentá-lo é o consumo. E é preciso ter uma profissão que garanta a obtenção dos recursos para esse consumo.

Ora, se temos de enfrentar condições de trabalho cada vez mais sufocantes, artificiais e burocratizadas, que prejudicam a nossa saúde física e mental, é preciso conseguir uma profissão que garanta pelo menos a satisfação de algumas necessidades psicológicas. Estar em atividade em algo que se goste de fazer é fundamental.

O salário remunera apenas uma parte da jornada de trabalho, a parte que Marx chamou tempo de trabalho necessário; a outra parte da jornada, a que é apropriada pelo capitalista e não é paga é chamada tempo de trabalho excedente e é a base de onde surge o lucro, é a mais-valia. Segundo Marx (1985, p. 38):

“No processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção – convertidos em capital pela relação social da propriedade privada – é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade – a do lucro – que lhe é alheia”.

Os trabalhadores para o novo processamento e indústrias fabris são retirados das fazendas e dos lares, em grande parte, mulheres, transformadas de dona-de-casa em operárias. Com a industrialização da fazenda e das tarefas domésticas, vem a sujeição desses novos trabalhadores a todas as condições do modo capitalista de produção. O anel urbano fecha-se em torno do trabalhador, e em torno do agricultor expulso da terra, e os confina nas circunstâncias que impedem as antigas práticas de autoabastecimento dos lares. Vejamos o que diz Marx (1989, p. 162):

“Em que consiste a alienação do trabalho? Em primeiro lugar, o trabalho é exterior ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza, portanto ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o

espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. Assim o seu trabalho não é voluntário, mas imposto, e trabalho forçado não constitui a satisfação de uma necessidade, mas apenas um meio de satisfazer outras necessidades. O seu caráter estranho ressalta claramente o fato de se fugir do trabalho como da peste, logo que não existe nenhuma compulsão física ou de qualquer outro tipo”.

O controle da produção capitalista começou com a concentração dos artesãos num mesmo local de trabalho. De acordo com Figueiredo (1989), o trabalhador era levado à produção mais pela violência e pelo medo que pelo pagamento de sua força de trabalho, tanto que as antigas indústrias eram associadas frequentemente aos orfanatos e às entidades de correção, como as prisões e os reformatórios. O sistema de revezamento exauria a força de trabalho e encurtava a vida do trabalhador, ultrapassando os limites da jornada de trabalho.

A tarefa de pensar, ou seja, a tarefa de realizar elaborações intelectivas e de exercer a direção da sociedade torna-se privilégio de estreito círculo de indivíduos, que são isentos da obrigação do trabalho produtivo.

Com a divisão do trabalho, acontece uma separação entre o interesse particular e o interesse comum. Com autonomia e separado dos reais interesses particulares e coletivos, o Estado se impõe na condição de comunidade dos homens. Mas essa comunidade é ilusória, pois o Estado está sempre vinculado à classe dominante, constituindo o seu órgão de dominação, apesar de se revestir de aparências ideológicas.

Marx e Engels (1989, 28) apontam: “Assim como o Estado é o Estado da classe dominante, as ideias da classe dominante são as ideias dominantes em cada época”.

No modo de produção capitalista, Figueiredo (1989, p. 27) aponta: “o operário destituído de suas ferramentas, objeto e instrumentos de trabalho, enfim, destituído de todos os meios que lhe facultem o domínio sobre a natureza, só dispõe de sua força de trabalho. Esta é, então, relegada à condição de mercadoria adquirida pelo capital”.

Tomazi (1997) observa que as transformações ocorridas no século XIX, que passam pela emergência de novas fontes energéticas (eletricidade e petróleo), por novos ramos industriais, pela alteração profunda nos processos produtivos com a introdução de novas máquinas e equipamentos, fizeram emergir também a organização dos trabalhadores em associações e sindicatos, e movimentos que visavam a transformação radical da sociedade capitalista.

O trabalhador é explorado pelo patrão, pois não recebe em salário o valor correspondente à riqueza que seu trabalho produziu. Ele só recebe uma parte, a outra é apropriada pelo empresário, constituindo o fenômeno da *mais-valia*. O conflito aqui se estabelece porque os interesses são contraditórios, enquanto um quer receber mais pelo seu trabalho, o outro quer pagar cada vez menos por ele. As greves e as paralisações promovidas pelos trabalhadores, bem como as repressões policiais a elas, demonstrando que o Estado está a serviço, nesse caso, dos empresários, são os sinais mais evidentes desse conflito.

Portanto a utilização sistemática e organizada dessa força de trabalho, na realidade é omitida. O capitalismo é um sistema que se sustenta sobre a exploração, que cresceu proporcionalmente à escravidão e à degradação de seus agentes diretos, os trabalhadores.

O trabalhador se aliena do produto de seu trabalho e o grau de alienação chega a tanto que se aliena do próprio corpo. O corpo é somente o depositário da força de trabalho que ainda consegue ter. Oliveira (1996, p. 82) aponta: “Ter saúde, para esse homem é somente não ter alguma doença que estaria impedindo seu trabalho de subsistência”.

Karl Marx chama a parcela de trabalho que não foi paga de *mais valia*. Essa parcela de trabalho não pago, acumulada e reaplicada no processo produtivo, é que vai fazer com que o capitalista enriqueça rapidamente. É assim que se acumula capital.

Quando se fala em trabalho no Brasil, normalmente se inicia com a discussão sobre o trabalho escravo negro e quase sempre se esquece de que por aqui houve, durante muitos anos, a escravização de indígenas.

A partir de 1850, com o fim do tráfico de escravos, iniciam-se no Brasil algumas experiências com a mão-de-obra assalariada estrangeira, através da imigração, pois se acreditava que o trabalhador não escravo no Brasil era indolente e preguiçoso. Não viam nisso uma forma de resistência ao trabalho imposto pelos grandes proprietários de terras. Estrangeiros de todos os quadrantes, chegam, aos milhares, em busca de novas oportunidades, no trabalho nas fazendas de café e depois, em todas as outras atividades agrárias e urbanas.

Na chamada República Velha (1889-1930), as questões trabalhistas e sociais no meio urbano foram invariavelmente consideradas uma “questão de polícia”, isto é, todo movimento reivindicatório, qualquer que fosse a razão, era sempre reprimido pelos órgãos de segurança. O trabalho de mulheres e crianças era uma constante nesse período, pois elas trabalhavam como homens adultos e recebiam muito menos.

Com a Revolução de 30, inicia-se uma nova maneira de tratar as questões trabalhistas no Brasil, pois a partir daí o trabalhador assalariado passa a ter uma legislação que aparece como uma “doação do governo de Getúlio Vargas” e uma “conquista por parte dos trabalhadores”. Os trabalhadores mais conscientes percebiam que essa era a forma pela qual as classes dominantes de então, através do Estado, procuravam apenas atrelá-los, bem como as suas organizações, à estrutura estatal (Ministério do Trabalho). Dessa forma, cooptavam as suas lideranças, transformando-as em cabos eleitorais e criando diretorias sindicais “pelegas”, isto é, favoráveis ao governo em qualquer situação, ainda que teoricamente se mantivessem defendendo os interesses dos trabalhadores.

Nesse período, estabelecem-se os direitos trabalhistas que, de uma forma ou de outra, continuam ainda vigorando no Brasil como a jornada de oito horas, o repouso semanal, a proibição de trabalho a menores de 14 anos, férias anuais remuneradas, assistência médica, assistência à gestante e pagamento de salário durante determinado período antes e depois do parto, previdência visando à aposentadoria, indenização ao trabalhador em caso de dispensa sem justa causa.

Nos anos 40, foi definido o salário mínimo que seria necessário para atender às necessidades do trabalhador e de sua família. Como sabemos, desde a sua implantação, o valor do salário mínimo nunca conseguiu comprar os bens e serviços necessários, previstos em lei.

O golpe militar de 1964, que derrubou o governo constitucional de João Goulart, alterou significativamente o quadro das questões trabalhistas no Brasil. Além da perseguição e da repressão ao movimento sindical mais organizado e mais combativo, o governo militar adotou uma política econômica que, dentre outras coisas, abolia a estabilidade no emprego, criando o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) em seu lugar e implantando um grande arrocho salarial até a metade dos anos 70.

A situação da maioria dos trabalhadores no Brasil continua muito grave; apesar de todas as lutas travadas pelo movimento sindical, os salários são baixos e há arrocho salarial. O salário mínimo no Brasil é um dos menores do mundo. Existem milhões de trabalhadores brasileiros que não chegam a ganhar o salário mínimo.

Outro aspecto a destacar é quanto aos acidentes de trabalho. Nos últimos quinze anos, 17 milhões de trabalhadores se acidentaram trabalhando, conforme dados fornecidos pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

Outro fato estarrecedor quanto à situação dos trabalhadores no Brasil é a existência do trabalho escravo. Apesar de a Lei Áurea ter abolido a escravidão em 1888, ela ainda existe no final do século XX. Conforme dados da Pastoral da Terra (CPT), da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), ligada à Igreja Católica, há registro de 111 casos, com 45.461 pessoas mantidas em regime de escravidão por dívidas, em condições subumanas, exploradas em sua dignidade, submetidas a jornadas de trabalho extenuantes e exercidas em péssimas condições; muitas vezes espancadas e torturadas, essas pessoas chegam a alguns casos à morte. Esses dados são aqueles que se puderam detectar, mas acredita-se que existam muitos casos mais.

Quem transforma trabalhadores em escravos são, basicamente, os donos de carvoarias, grandes fazendas, grandes empresas de reflorestamento e grandes

destilarias de álcool, ou seja, grandes proprietários que acreditam estar acima da lei, como os antigos donos de escravos.

Além disso, o que coloca o Brasil na mesma situação trabalhista da Europa do século XIX é a presença contínua e crescente da força de trabalho infantil, em atividades rurais e urbanas. Existem, atualmente, no Brasil, cerca de 8 milhões de menores trabalhando, com 91% deles recebendo menos de um salário mínimo, conforme dados divulgados pelo escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

Organizações são agentes controladores, tanto internos como externos, sobre os membros da organização. Aqui seria importante tratar de poder x relações de produção. O poder é o elemento fundamental para que se manifeste a face controladora da organização e nem sempre essa face é percebida como bela e agradável. O poder é sempre ambivalente e também tem a conotação de status social.

Gore in Silva e Azevedo (1995) afirma que o poder é propriedade ou posse de grupos dominantes e tem efeitos repressivos. Pode-se ver o poder como aquele que molda ou modela culturas organizacionais, sanciona e mantém uma cultura organizacional e ainda como transformador de culturas organizacionais.

Foucault (1988, p. 28) considera que as relações de poder têm alcance imediato sobre o corpo: “elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no aos trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhes sinais”. Como força de produção, o corpo é investido por relações de poder e dominação. Mas sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição, ou seja, o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

Galbraith (1999) nos fala de poder: alguém ou algum grupo está impondo sua vontade e seus objetivos a outros, inclusive aos que se mostram relutantes ou contrários. Quanto maior a capacidade de impor tal vontade ou atingir os objetivos correspondentes, maior o poder. Alguns usos do poder dependem de estar ele oculto, de não ser evidente à submissão dos que capitulam a ele.

Nas palavras de Galbraith (1999, p. 13), “o exercício do poder, a submissão de alguns à vontade de outros é inevitável na sociedade moderna; nada se realiza sem ele; o poder pode ser socialmente maligno; mas é também socialmente imprescindível...”.

Para Pagés (1990, p. 227), “a dominação é o produto de uma mescla de coerção e de aceitação, este último elemento talvez seja o mais forte”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Bergmann in Coda (1997), cada indivíduo busca, normalmente, por meio de seu trabalho, uma oportunidade de realizar as suas potencialidades e, com isso, criar uma indispensável ligação com a comunidade em que vive. O trabalho só pode ser considerado como uma necessidade própria ao homem e é por meio dele que se consegue reconhecer o próprio valor e, conseqüentemente, equilibrar expectativas e sentimentos de autoestima.

Todavia, nas suas relações com a organização, o indivíduo se sente ao mesmo tempo ameaçado e protegido por ela, feliz e infeliz, cheio de satisfações e aprisionado. Ele se identifica com a organização, com seus objetivos, com sua filosofia, com o trabalho que ele lhe propicia; ele chega a amar sua servidão, pela qual, entretanto, sofre; em suma, tudo que o prende à organização é, ao mesmo tempo, fonte de prazer e angústia. Há, portanto, um conflito psicológico constante nas suas relações com a organização.

Atualmente, constata-se que o próprio significado do trabalho, para cada indivíduo, está se deslocando daquele associado a uma carreira fixa, com progressões funcionais sucessivas, para o que corresponde o desempenho de tarefas diversificadas, em diferentes projetos, com alterações, inclusive, nas formas de remuneração. Estar trabalhando significa, cada vez mais, estar participando de um ou mais projetos, com durações diferenciadas, e exercendo, possivelmente, diferentes funções. Conseqüentemente, hoje, a ideia de uma formação permanente encontra-se crescentemente presente na reorganização do mundo do trabalho.

E o sucesso, a ambição, fazer carreira vão se tornar, para o indivíduo, os valores essenciais, pois é ele, e só ele, que pode preencher essa angústia do vazio: para ser reconhecido é preciso vencer. É preciso sempre fazer mais, superar-se: vencer é trabalhar mais e melhor; o fracasso é parar ou regredir nessa corrida. Nunca se vence definitivamente, pois sempre é possível fazer melhor.

Aqui, o indivíduo se imagina construindo o mundo, enquanto, na realidade, ele está sendo produzido, investido por todas as partes e modelado até o seu interior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARÓ, Martín I. **Acción e ideologia: psicología social desde centro/América.** San Salvador: UCA, 1983.

BERGAMINI, Cecília W. e CODA, Roberto (orgs.) **Motivação e Liderança.** 2ª ed., São Paulo: Atlas, 1997.

BRAVERMAN, Henry. **Trabalho e Capital Monopolista: A degradação do trabalho no século XX.** 3ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia?** São Paulo: Brasiliene, 1994.

FIGUEIREDO, Marco Antônio de Castro. **O trabalho alienado e o Psicólogo do Trabalho.** São Paulo: Edicon, 1989.

FOUCAUT, Michel. **Doença Mental e Psicologia.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1988.

GALBRAITH, J. Kenneth. **Anatomia do Poder.** 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1999.

KANAANE, Roberto. **Comportamento Humano nas Organizações: o homem rumo ao século XXI.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política.** 2ª ed.. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARX, Karl; Engels, Friedrich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.

OLIVEIRA, Bethy. **O trabalho educativo:** reflexões sobre paradigmas e problemas do pensamento pedagógico brasileiro. Campinas: Autores Associados, 1996.

PAGÉS, Max *et al.* **O poder da Organização.** São Paulo: Atlas, 1990.

SILVA, Luiz Heron da; AZEVEDO, José Clóvis (orgs.) **Paixão de Aprender II.** Petrópolis: Vozes, 1995.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia da Educação.** São Paulo: Atual, 1997.

WHITAKER, Dulce. **Escolha da Carreira e Globalização.** 11^a ed. São Paulo: Moderna, 1997.